

De que Desenvolvimento Regional o Amazonas Precisa?

Nilson Pimentel (*)

Fomentar o desenvolvimento econômico regional é desafio para qualquer esfera de governo, visto ser este ente, um dos próprios agentes econômicos que participa do processo de desenvolvimento do sistema econômico, pois no regime capitalista a geração de riqueza é fator intrínseco ao crescimento econômico, posto que em regiões depauperadas, com economia estagnada por incapacidade interna de se reverter as situações de abandono, pobreza e ausência de políticas governamentais, o que torna os espaços territoriais ineptos a geração de riquezas e de seu próprio desenvolvimento regional.

Sabendo-se que processos de desenvolvimento econômico regional (DER) não se passam de forma homogênea para regiões diversas, economistas desenvolvimentistas concordam que o DER são ações induzidas de governos que tendem ou se destinam a estimular o desenvolvimento econômico em determinados espaços geográficos em que a produção de bens e serviços seja precária ou ausente, incapaz de geração de renda per capita, ou que se constate estagnação econômica que o distancie do centro dinâmico da economia estadual, regional ou nacional.

Sendo desafio o DER, como sustentam os profissionais do Clube de Economia do Amazonas (CEA), não são processos de fácil implementação, mesmo em espaços territoriais que detenham algum potencial de recursos naturais, passíveis de serem aproveitados em alguma atividade econômica, mesmo que se encontre em declínio ou estagnação econômica, pois não depende da vontade do gestor público, nem de políticas públicas específicas, mas de um conjunto de fatores e determinantes multidisciplinares e de possível rede de articuladores institucionais, de forma que adotem metodologia (diz respeito a; conhecimentos específicos, o Planejamento Econômico Estratégico, estudo do perfil econômico, elaboração de programas e projetos, matriz de marco lógico, PMD – project management for economic development, modelos de gestão, aportes de capitais, formação de equipes de implementadores ou gestores dos programas e projetos, etc) específica para cada espaço em questão e para determinados programas e projetos que estejam convergentes entre si.

Para o Amazonas, não há o que discutir, para a plêiade de economistas especialistas em DER e demais profissionais que estudam e conhecem a realidade que passam os municípios amazonenses, em vista dos fatos conhecidos urge necessárias ações indutoras reais do agente governo estadual em conjunto com parcerias de simetria com o governo federal, para tomada de direcionamento do DER em formação não patrimonialista como até então tentadas.

Mudanças serão necessárias nas estruturas organizacionais da gestão estadual, não de agrupamentos, mas com racionalidade da moderna gestão de resultados e descentralizações que proporcione a viabilidade técnica e suas implementações para a distribuição espacial da atividade econômica no Amazonas.

Discussões, estudos, pesquisas sobre potenciais de diversos recursos naturais do Amazonas, tanto por profissionais dedicados quanto por instituições de pesquisas sempre foram e estiveram na ordem do dia, mas nem sempre foram objeto de ações e/ou programas de governo nesses últimos 50 anos.

No CEA há certo direcionamento para que o desenvolvimento econômico de regiões periféricas a Manaus, a cidade-estado, exceto a Região Metropolitana de Manaus (RMM), a qual poderá ter outro formato de abordagem de DER, é tema importante, sempre presente nas discussões sobre políticas públicas referentes ao desenvolvimento regional.

Razões não faltam quanto às discussões, notadamente se pode citar a excessiva concentração da atividade econômica na cidade de Manaus, mesmo a despeito da Política dos Incentivos Fiscais vigente, que já carece de uma abordagem condizente com o momento da realidade econômica brasileira e mundial e total ausência de mecanismos de atração de investimentos estrangeiros diretos para oportunidades no Amazonas.

O Amazonas precisa deixar as práticas de “políticas de desenvolvimento regional” que somente sirvam apenas como linhas gerais de orientação para a alocação geográfica do investimento público e raramente estimulam investimento que gere novos postos de trabalho ao nível regional local, e que de outra forma sirvam para alterações e ajustamentos estruturais que permitam aquela agenda propositiva anteriormente citada e, que possibilite as inserções necessárias às mudanças que leve ao futuro do desenvolvimento econômico regional dos espaços territoriais dos municípios em estagnação.

Sem embargo de outros fatores, os especialistas elegem dois grandes tipos de problema nesse imenso e vasto território amazonense com baixíssima densidade populacional, de um lado;

- 1) a produção da economia dinâmica é totalmente concentrada na cidade-estado, Manaus e, por outro lado;
- 2) a desigualdade de renda per capita nas nove sub-regiões é bastante acentuada, tanto em vista da baixa densidade populacional, quanto por ausência efetiva de atividades econômicas produtivas.

Entretanto, se esclarece que a concentração das atividades produtivas dinâmicas no espaço territorial da Zona Franca de Manaus (ZFM) não é de todo prejudicial à economia estadual, haja vista, passados 50 anos ainda não esprou esse desenvolvimento ao hinterland amazonense, mas provoca o que os economistas denominam de externalidades positivas (tecnológicas, inovativas, capacitação do capital intelectual, atração de novos investimentos externos produtivos, lean production, etc) advindas das possibilidades de explorações do mercado de fatores locacionais que a ZFM oferta e conforma seu tamanho à economia de escala apropriada ao mercado interno nacional.

Como detectado em pesquisa recente, a causalidade circular cumulativa das atividades dinâmicas do Polo Industrial de Manaus (PIM) tende a atração de mais investimentos produtivos, mas a resultante desse processo é certo aumento da desigualdade regional.

Assim, visto pelo foco da ausência, essa desigualdade é intensa, tanto que Manaus ainda não possui uma produção de ‘cinturão verde’ que sustente o consumo interno, assim como, não existe nenhuma política pública que segure ou fixe o homem em seu espaço econo-geográfico municipal justamente por ausência total de atividades produtivas e pré-determinando às práticas extrativas primárias predatórias.

Ressalte-se que se pode analisar que a adequada distribuição das atividades econômicas produtivas no espaço territorial, em função dos fatores alocados e estabelecidos não significa que se relegue a outro plano os benefícios criados pela aglomeração das atividades dinâmicas do PIM, contudo espriar processos do DER poderão ser vantajosos para algumas áreas, mas não para todas.

() Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutorando na UNINI-Mx, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br*